

Os panfletos anti-franceses: subsídios para a sua História*

Por António Ventura**

Não vou fazer uma conferência mas sim algumas considerações sobre a produção da literatura anti-francesa em Portugal que é extremamente fértil entre 1808 e 1819.

Estamos a comemorar os duzentos anos das Invasões Francesas e faz precisamente hoje dois séculos que as tropas francesas entraram em Portugal. Amanhã comemoram-se os duzentos anos da saída da família real e da Corte para o Brasil e depois de amanhã comemora-se a entrada das tropas gaulesas, comandadas pelo General Junot, em Lisboa. É uma época de charneira na nossa história, mas também na história da humanidade, pois não deve ter havido na História muitas viagens que tiveram o impacto desta, que veio condicionar os destinos de Portugal rumo ao Liberalismo, e inicia o processo que vai levar à independência do Brasil em 1822.

A mudança da Corte para o Rio de Janeiro é também a mudança do poder, da capital do reino, que é transferida. Tudo muda em Portugal, e o *Almanaque do Rio de Janeiro*, de 1817, publica a lista de nobres portugueses que se encontram no Brasil, ignorando os que se residiam em Portugal continental, o que causou um profundo descontentamento em Lisboa e na Nobreza que aqui vivia.

Assim, em Novembro de 1807, as tropas gaulesas, constituídas por cerca de vinte mil soldados, entram em Portugal pela Beira e uma força espanhola, igualmente formada por cerca de vinte mil soldados, entra em Portugal pela Galiza e pelo Alentejo. Podemos pois considerar que Portugal é sujeito a uma invasão Franco - Espanhola. O General Junot dirige-se para Lisboa com o objectivo de capturar o Rei e a família real, e não consegue concretizar esse objectivo. A Corte horas antes deixava Portugal. As tropas francesas que

* Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências “O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)”, 1.ª Conferência (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 28 Novembro 2007).

** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

entram na capital do reino são constituídas por cerca de seis a sete mil soldados, que se apresentam aos lisboetas num estado verdadeiramente miserável: soldados descalços, rotos, causando sensação, uma verdadeira caricatura de exército. As tropas espanholas ocupam por sua vez as cidades do Porto, Évora e Setúbal.

Da parte de Portugal não existe nenhuma sublevação, nenhuma agressão, nenhuma resistência. Tal atitude deve-se ao facto de o Príncipe Regente ter, antes de abandonar Lisboa, anunciado através de um Decreto, a decisão de se retirar para o Brasil, aconselhando que não houvesse resistência, que seria mais negativa que útil tendo simultaneamente nomeado um novo governo. Desta forma quando as tropas francesas entram em Lisboa, tal como aconteceu no seu percurso até à capital, não foram sujeitas a qualquer hostilidade.

O General Junot instala-se em Lisboa, no Palácio Quintela, na Rua do Alecrim, e as relações que mantém com o governo deixado pelo Príncipe são normais, existindo mesmo uma colaboração estreita. Não era de estranhar tal atitude: a hierarquia católica foi em geral passiva ou até colaborante, e o próprio Patriarca D. José II faz uma pastoral elogiando os franceses, afirmando mesmo que Napoleão Bonaparte é um dos grandes homens da História, e que Deus o destinou para proteger os bons cristãos e a sua santa Igreja. Estas afirmações do Patriarca de Lisboa e do Bispo do Algarve, Inquisidor Geral, (que reafirma o mesmo) levam os católicos portugueses a estarem tranquilos, considerando Napoleão uma espécie de bênção, que vem para terras lusitanas, longe de ser o anticristo, o jacobino de segunda ou terceira geração, mas vendo nele o protector das pessoas tementes a Deus. Podemos pois afirmar que a colaboração não só é insinuada pelo príncipe que parte para o Brasil como pela alta hierarquia católica. O príncipe incita à colaboração, a igreja incita à colaboração, e anos depois, aqueles que colaboraram com os franceses são julgados como criminosos. Não deixa de ser curioso!

Este bom relacionalmente entre as autoridades portuguesas e Junot decorre normalmente até Dezembro, e as poucas altercações que se dão em Lisboa,

como o caso da bandeira hasteada no Castelo de S. Jorge e os distúrbios no Rossio junto de tabernas entre soldados franceses e populares, não passam de arruaças. Esta situação altera-se a partir de do dia 1 de Fevereiro de 1808, momento de viragem com o Decreto de Junot, referindo que a partir de então Portugal passava a ser governado por Napoleão Bonaparte, Imperador dos Franceses, Rei de Itália e Protector da Confederação do Reno, sendo o governo exercido em seu nome pelo comandante das forças francesas instaladas em Portugal, o General Junot. A partir a partir de 1 de Fevereiro, a Casa de Bragança já não reina em Portugal; todas as ordens, determinações, sentenças deixam de ser feitas em nome do Príncipe Regente e passam a ser emitidas em nome de Napoleão Bonaparte.

Mesmo assim, estes acontecimentos não levaram a uma reacção por parte dos portugueses. Junot aproveita a sua estadia em Lisboa para ir desmembrando o exército português, dissolvendo a maior parte das unidades regulares nacionais, as milícias e as ordenanças, tendo como objectivo fundamental a eliminação de potenciais focos de futuras ameaças das forças armadas nacionais. Contudo, as nossas melhores tropas de linha são arregimentadas para constituir a Legião Portuguesa. Cerca de seis a sete mil soldados partem para França e juntam-se ao Grande Exército, participando nas campanhas da Áustria, Polónia, Alemanha e Rússia, num corpo expedicionário comandado pelo Marquês de Alorna, que tem como um dos seus generais Gomes Freire de Andrade e o General Pamplona, futuro Conde de Sub-Serra. O corpo expedicionário português combateu pois ao lado do exército gaulês e alguns militares lusos distinguiram-se em combate por actos de bravura, tendo sido agraciadas com a Legião de Honra, no campo de batalha, por Napoleão Bonaparte.

Para podermos compreender o que se passa a seguir em Portugal é obrigatório observar o que acontecia em Espanha. Milhares de soldados franceses estavam estacionados neste território de passagem obrigatória, para quem se propunha por terra, ocupar Portugal. À medida que estas tropas se dirigem para Portugal, vão ficando milhares de soldados a controlar rotas de passagens, pontos de apoio logístico, pontes, seja em Navarra, Aragão, Madrid

ou mesmo na distante Barcelona. Entretanto, Carlos IV, Rei de Espanha, apoiante dos franceses, governava juntamente com o polémico Manuel Godoy, que era originário da pequena nobreza rural da Estremadura. Este facto provoca um choque com a alta nobreza espanhola. O Príncipe das Astúrias, futuro Fernando VII, era o líder da revolução contra seu pai. A situação altera-se a partir do motim de Arajuez. Manuel Godoy é demitido e Carlos IV é obrigado a abdicar pela pressão exercida pela alta nobreza, liderada por seu filho. Desta forma, Fernando VII torna-se rei de Espanha.

Napoleão Bonaparte segue atentamente estes acontecimentos, viaja até Bayone e envia uma mensagem para Fernando VII, saudando-o e pedindo um encontro. Fernando VII deixa Madrid e dirige-se a Bayone para se encontrar com Bonaparte. Este recebe-o friamente e na prática Fernando VII fica prisioneiro dos franceses. Carlos IV retoma o trono, e cede o poder a Napoleão, que o transfere para o seu irmão, José Bonaparte. Do ponto de vista legal, José de Bonaparte passam a ser Rei de Espanha. Isto provoca uma profunda crise naquele país: assiste-se a uma revolta antifrancesa e aos motins de 2 de Maio em Madrid, imortalizados na célebre pintura de Goya, os fuzilamentos de Moncloa. A Espanha mais uma vez se divide e as tropas espanholas que estavam em Portugal, como as divisões do Porto, aderem à junta criada na Galiza, prendem o general francês que comanda as tropas na cidade, aclamam o príncipe regente português e de seguida retiram-se de Portugal. Junot, avisado, consegue neutralizar as tropas espanholas em Lisboa colocando as mesmas em Barcos da frota russa (então aliada) que estavam no Tejo.

Dão-se sublevações na Cidade do Porto, Olhão, Tavira e nas regiões do Minho e Trás-os-Montes. As poucas tropas portuguesas estão inoperacionais e a resistência é assegurada por antigos soldados milicianos e pelas populações. A esquadra inglesa, com os militares comandados pelo futuro Duque de Wellington, pretende desembarcar na Galiza, mas a Junta Galega não aceita este desembarque. O Bispo do Porto, conhecedor deste facto, convida então as tropas inglesas a desembarcar em Portugal.

Com os Ingleses como principal suporte das forças populares portuguesas, dão-se em Agosto as batalhas de Roliça e Vimeiro, com a participação de dezoito a dezanove mil soldados ingleses e uma presença simbólica de mil e quinhentos soldados lusos. Dão-se importantes vitórias anglo-lusas, que resultam em parte da má opção estratégica de Junot que, com 20 mil homens, deixa entre seis a sete mil soldados na defesa da capital, soldados que fariam a diferença no terreno, nas batalhas de Roliça e Vimeiro.

A capitulação de Junot é assinada na chamada Convenção de Sintra, onde os portugueses não participaram e que permite aos franceses saírem de Portugal com as suas tropas e com o espólio de bens que entretanto conseguem arregimentar pelos locais por onde passam. Mais tarde estas tropas regressadas a França voltam a fazer parte dos efectivos gauleses que novamente irão reocupar Portugal.

Aquelas vitórias não solidificam no entanto as relações entre as tropas inglesas e as portuguesas, pois o Comandante em chefe do exército português, o General Bernardim Freire de Andrade, não se entendia com Wellington. A sua estratégia de atingir Lisboa por, pelo rio Tejo, não encaixava na estratégia britânica de, pelo litoral, do norte para sul, protegido pela frota inglesa, que navega à vista da costa, recuperar Lisboa aos gauleses.

Em Agosto de 1808 já não existiam tropas francesas em Portugal. É exactamente neste momento que surge uma erupção de publicações anti-francesas com expressão mais significativa em Lisboa, e em Coimbra, e com menor intensidade nas cidades do Porto e Braga. Agora luta-se não apenas com armas mas também com tinta e papel. É necessário mobilizar as populações, e a literatura de propaganda tem aqui um vasto campo de actuação. Com ela pretende-se denegrir o inimigo, salientar a força nacional e preparar o caminho da resistência.

Do lado francês, no período entre Novembro de 1807 a Agosto de 1808, a atenção ao material impresso é dirigida para a *Gazeta de Lisboa*, deixando esta de apresentar no cabeçalho o escudo nacional que é substituído pelo

Gaulês. O Responsável pela Gazeta é o francês Pierre François Marie Lagarde, Intendente Geral da Polícia. Neste período são raros os panfletos pró-franceses.

A partir de Agosto de 1808 vamos assistir a uma profusão enorme, de panfletos anti-franceses. São centenas de folhetos, livros e obras, algumas delas de José Acúrcio das Neves, como a sua História da Invasão dos Franceses em vários tomos. Temos, pois, desde obras em vários volumes, até folhas soltas. Existe um pouco de tudo, e para todos os gostos, poesia erudita, popular, satírica, prosa, tudo o que se possa imaginar. Vamos ver alguns exemplos. Esta poesia dirige-se contra os franceses em geral, mas também contra pessoas concretas e particulares, Napoleão, Junot, Lagarde, Massena (mais tarde), entre outros. Napoleão Bonaparte é alvo de inúmeros textos: ele é descrito como uma pessoa vil, pertencendo à vil raça dos corsos (de facto, a Córsega, na época, é muito famosa por más razões); Napoleão aparece também como o usurpador, mentiroso, porque dizia vir libertar Portugal e afinal queria ocupar o País; Como constante, verifica-se que existe uma componente religiosa muito importante nestes textos; ele é ainda apresentado como o Anti Cristo.

Um dos mais célebres folhetos anti-napoleónicos apresenta Bonaparte como a *besta de sete cabeças e dez cornos*, visão do evangelista e apóstolo São João, exposta no 13.º capítulo do seu apocalipse, com comentário literal e aplicação às cenas do mundo presente. O autor é um presbítero andaluz, vizinho da cidade de Málaga. Este folheto pretende provar que Napoleão é a anunciada besta do apocalipse. Este exemplar tem uma gravura muito curiosa, em que aparece a besta a defrontar Portugal, país defendido por nossa Senhora. Depois desta uma legenda curiosa: «O grande monstro que trata S. João e o apocalipse no capítulo 13 é Napoleão Bonaparte». Este folheto teve grande divulgação e é muito curioso. Afinal de contas pretende identificar Napoleão como a besta do apocalipse, como o próprio demónio. Os franceses são seres demoníacos, guiados por alguém pior que o próprio Lúcifer: Napoleão.

Existem folhetos que exploram essa dimensão infernal de Napoleão, como o folheto de 1808 *Perfídia ou política infernal. Diálogo entre Lúcifer e Bonaparte*.

Outro folheto curioso é a *Proclamação do inferno contra imperador dos franceses*, que é uma proclamação assinada por um dos demónios com a data de 22 de Julho de 1808. Outro texto muito engraçado é a *Gazeta dos infernos*, uma espécie de *Gazeta de Lisboa*. Outro folheto interessante é *A jornada de Bonaparte para o Inferno*, com uma gravura de Napoleão montado num demónio a caminho do inferno. Esta é uma das componentes da identificação de Bonaparte e dos franceses com o demónio.

Outra figura muito visada é Junot. Fazem-se referências ao comportamento do general em Lisboa e das amantes que teve na capital. Existem poemas que ridicularizam o cabeleireiro de Junot, chamado Bandó. O Intendente da Policia, Lagarde é também muito criticado. Existem vários folhetos contra ele. É mesmo extraordinária a quantidade de folhetos que existem contra os franceses. São centenas e centenas. Sobre Lagarde há poemas que apontam para o seu aspecto físico de. Lagarde era considerado manhoso, mau, maneta. Berthelou, outro francês amigo de Napoleão, era particularmente detestado porque era o recebedor geral das contribuições e rendimentos. Compreende-se que fosse uma pessoa detestada.

Nas outras invasões, Messena e Soul são também atacados em folhetos que na maioria não são assinados. Mas também os há de José Daniel Rodrigues da Costa que assinou muitos, de José Agostinho Macedo e tantos outros.

Existem também, como contraponto, poemas que exaltam Wellington, mas o fundamental desta produção é anti-francesa, sendo muitas destas publicações feitas por estudantes da universidade de Coimbra, impressos na gráfica da universidade.

Dei uma panorâmica nos estudos que se podem fazer sobre esta temática, sobre a poesia, prosa, poesia popular e erudita. Sobre os autores, sobre o sebastianismo, etc. Quero apenas deixar esta ideia. É necessário investigar estas memórias. Existe em Espanha uma colecção muito boa – a Colección del Fraile - mas em Portugal não existe nenhum levantamento sistemático desta literatura. Em Espanha, a colecção está disponível no antigo serviço histórico

militar em Alcalá (Madrid), mais precisamente no Instituto de Historia e Cultura Militar, com centenas de folhetos tanto portugueses, como espanhóis. Entre nós existem estudos de Nuno de Alcochete, António Pedro Vicente, mas não existe nenhum estudo sistemático. Urge alterar esta situação. Muito Obrigado.